



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO
RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0274234-7 – RECIFE/PE**

EMBARGANTE: CONCAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

**Advogado: José Galdino da Silva Filho PE006242, Fabiana Marinho Araújo
PE32312 e outros**

EMBARGADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

DATA DO JULGAMENTO:

EMENTA – SEGURO HABITACIONAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. MERA REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PREQUESTIONAMENTO. CARÁTER PROTELATÓRIO. MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. EMBARGOS A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

Mais uma vez, a empresa recorrente opõe embargos nos quais sustenta a presença de omissões quanto aos pontos por ela levantados, referentes a: conexidade, incompetência absoluta, ilegitimidade das partes, solidariedade entre os réus, caráter extra petita da condenação, descabimento da indenização e inaplicabilidade/redução da multa decendial, os quais foram devidamente apreciados e rebatidos ao longo do feito, tudo com base em fundamentação adequada e amparada pela jurisprudência superior.

Na odisseia processual por que vem passando o presente feito, observa-se que as matérias apresentadas nestes aclaratórios foram insistentemente trazidas à colação neste doze anos que vem durando a lide, tendo sido refutadas a cada tentativa, não se tratando de omissão, mas ao contrário, de simples afastamento das alegações da embargante, que, insatisfeita, persiste na obstinação injustificada de reprisar cada argumento, com o evidente propósito de rediscutir a matéria e arriscar a obtenção de um novo posicionamento.

Assim, uma vez que a peça atrial dos novos aclaratórios não faz outra coisa senão renovar a insurgência quanto aos mesmíssimos pontos apresentados nos anteriores, evidenciando o inconformismo com o acórdão da câmara, **mas sem fundamentação fática e jurídica nova a justificar a interposição de outro recurso**, mostra-se evidente o caráter protelatório dos embargos, cabendo aplicar in casu,, em obediência à sistemática processual pátria, a multa consubstanciada no Art. 538, parágrafo único.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

do CPC, no patamar de 1% (um por cento) sobre o valor da causa.

Embargos Declaratórios conhecidos apenas para fins de prequestionamento, porém a que se nega provimento para manter íntegro o acórdão atacado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração no Recurso de Agravo na Apelação nº 0274234-7, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em conhecer dos aclaratórios apenas para fins de prequestionamento e negar provimento ao recurso, impondo-se-lhe a multa do Art. 538, parágrafo único do CPC, no valor de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, na conformidade do voto do relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 28 de Maio de 2014.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

**EMB. DE DECLARAÇÃO NOS EMB. DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NA
APELAÇÃO Nº 0274234-7- RECIFE/PE**

EMBARGANTE: CONCAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Advogado: José Galdino da Silva Filho PE006242

EMBARGADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração (fls. 2.252/2.262) opostos em face do acórdão de fl. 2.243 (lavrado por ocasião da oposição de outros dois embargos de declaração no recurso de agravo correspondente), por meio dos quais a embargante defende a presença de omissões.

Alega a embargante, em síntese, que o acórdão vergastado foi omissivo quanto à preliminar de ilegitimidade da três pessoas ali apontadas, ao argumento de que estas, no início e término da edificação, bem assim no momento da interdição desta e quando do ajuizamento da ação, não figuravam como sócias dela, embargante.

Defende, ainda, a omissão relativamente à alegada conexão entre a ação em referência e um outro feito distribuído para a Justiça Federal, para onde, segundo afirma, deveriam ter sido remetidos os presentes autos. Diz não ter havido pronunciamento quanto à solidariedade entre os réus, afirma ter ocorrido julgamento extra petita, insurge-se contra a condenação imposta e o valor da multa decendcial.

Pugna, ao final, sejam conhecidos os presentes embargos para fins de prequestionamento, bem como sejam reconhecidas e sanadas as apontadas irregularidades.

Contrarrazões às fls. 2.275/2.280, pugnano seja negado provimento aos presentes aclaratórios.

Independente de inclusão em pauta, apresento o feito diretamente em mesa para julgamento, na conformidade da segunda parte do Art. 537, do Código de Processo Civil c/c Art. 85, d, do RITJ/PE.

É o relatório.

Recife, 28 de maio de 2014.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virginio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

**EMB. DE DECLARAÇÃO NOS EMB. DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NA APELAÇÃO
Nº 0274234-7- RECIFE/PE**

EMBARGANTE: CONCAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Advogado: José Galdino da Silva Filho PE006242

EMBARGADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. RELATOR

Mais uma vez, a empresa recorrente opõe embargos nos quais sustenta a presença de omissões quanto aos pontos por ela levantados, referentes a: conexidade, incompetência absoluta, ilegitimidade das partes, solidariedade entre os réus, caráter extra petita da condenação, descabimento da indenização e inaplicabilidade/redução da multa decendial, os quais foram devidamente apreciados e rebatidos ao longo do feito, tudo com base em fundamentação adequada e amparada pela jurisprudência superior.

Na odisseia processual por que vem passando o presente feito, observa-se que as matérias apresentadas nestes aclaratórios foram insistentemente trazidas à colação neste doze anos que vem durando a lide, tendo sido refutadas a cada tentativa, não se tratando de omissão, mas ao contrário, de simples afastamento das alegações da embargante, que, insatisfeita, persiste na obstinação injustificada de reprisar cada argumento, com o evidente propósito de rediscutir a matéria e arriscar a obtenção de um novo posicionamento.

Sabidamente, o dever funcional do julgador reside na resolução da controvérsia, não querendo isto dizer que está obrigado a responder a todos os argumentos suscitados pelas partes. A motivação, assim, exigida no estado democrático, significa apoio de solução, não existindo, por outro lado, exigência alguma de que o juiz ou o órgão colegiado deva responder ponto por ponto, sendo suficiente o enfrentamento da questão principal para a solução do litígio.

Com efeito, para o cumprimento da devida prestação jurisdicional, o que se exige é uma decisão fundamentada (Art. 93, n. IX, da CF), mostrando-se absolutamente desnecessária a manifestação expressa do julgador a respeito de todos os argumentos e dispositivos legais invocados pelas partes, assim como das razões ou não de sua adoção.

Este colegiado já teve, por diversas vezes, a oportunidade de se manifestar a respeito do presente feito e das matérias reapresentadas pela recorrente, fazendo-o de forma detalhada e satisfatória e decidindo, por fim, à unanimidade, não se havendo falar, portanto, em qualquer vício, ao contrário do que defende a recorrente.

Assim, uma vez que a peça atrial dos novos aclaratórios não faz outra coisa senão renovar a insurgência quanto aos mesmíssimos pontos apresentados nos anteriores, evidenciando o inconformismo com o acórdão da câmara, **mas sem fundamentação fática e jurídica nova a justificar a interposição de outro recurso**, mostra-se evidente o caráter



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virginio

protelatório dos embargos, cabendo aplicar *in casu* a multa consubstanciada no Art. 538, parágrafo único, do CPC, em obediência à sistemática processual pátria¹.

Nesse sentido, tem entendido o Superior Tribunal de Justiça e este E. Tribunal de Justiça, *in verbis*:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELA SEGUNDA VEZ NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. [...] ACLARATÓRIOS NOS QUAIS SE APONTA OMISSÃO. MERA REPETIÇÃO DOS ARGUMENTOS JÁ AVIADOS NOS PRIMEIROS DECLARATÓRIOS. VÍCIO DE INTEGRAÇÃO NÃO EVIDENCIADO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. 1. [...] 2. No caso concreto, a repetição de aclaratórios configura prática processual abusiva, pois as razões ora deduzidas constituem mera repetição dos argumentos já rechaçados nos declaratórios anteriores. 3. [...] 4. Em verdade, a embargante busca questionar o juízo negativo de admissibilidade do recurso especial proferido pela Turma julgadora, ao argumento de que a matéria de fundo é de índole infraconstitucional. Todavia, tal pretensão já foi rechaçada nos recursos anteriores, à luz dos seguintes fundamentos: a) não cabem embargos de divergência para discutir a correta aplicação de regra técnica concernente ao juízo admissibilidade do recurso especial; e b) é inviável, em embargos de divergência, refazer o juízo de admissibilidade do recurso especial, como se tratasse de um novo recurso ordinário. 5. Embargos de declaração rejeitados. 6. Aplicação de multa de 1% sobre o valor da causa, em conformidade com o art. 538, parágrafo único, do CPC. (STJ. EDcl nos EDcl no AgRg nos EREsp 209.320/DF, Rel. MIN. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/02/2010, DJe 24/02/2010, sem grifos no original)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ASSISTÊNCIA LITISCONSORCIAL. PRECLUSÃO. 1. [...] 4. Em face da evidente e notória temeridade na interposição de segundos embargos de declaração com a repetição dos mesmos argumentos já rechaçados por este Tribunal, deve ser aplicada multa. 5. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa. (STJ. EDcl nos EDcl no REsp 768.642/SP, Rel. MIN. CASTRO MEIRA,

¹Art. 538. [...] Parágrafo único. Quando manifestamente protelatórios os embargos, o juiz ou o tribunal, declarando que o são, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente de 1% (um por cento) sobre o valor da causa. Na reiteração de embargos protelatórios, a multa é elevada a até 10% (dez por cento), ficando condicionada a interposição de qualquer outro recurso ao depósito do valor respectivo



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA TURMA, julgado em 07/02/2008, DJ 20/02/2008, p. 128, sem grifos no original)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM FACE DE ACÓRDÃO QUE REJEITOU EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. REITERAÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS - APLICAÇÃO DA MULTA REVISTA NO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC.1. Configura-se a reiteração de Embargos de Declaração protelatórios, tendo em vista que a peça exordial dos presentes Embargos de Declaração é idêntica à arial dos Aclaratórios nº 0172049-8/03, que foi rejeitado por esta Câmara Cível, com a incidência da multa de 1% sobre o valor da causa por ter caráter protelatório.2. Se os primeiros embargos foram tidos como manifestamente protelatórios e a sua reiteração também o é, eleva-se a multa antes aplicada para o valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, de acordo com o parágrafo único do art. 538, do CPC.3. Embargos Declaratórios Rejeitados. (TJPE. ED nº 172049-8/04, Rel. Des. Francisco Manoel Tenorio dos Santos, Julgado em 11/03/2010, sem grifos no original).

Ante o exposto, conheço os embargos de declaração para fins de prequestionamento, porém **NEGO PROVIMENTO** aos mesmos, aplicando a multa acima citada patamar de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, ante o caráter manifestamente protelatório de que se revestem.

É como voto.

Recife, 08 de Maio de 2014.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator